



Imprensa e consolidação democrática: uma relação desajustada*

Malena Rehbein¹

A “mídiação²” da política – engendrada pela complexificação da política e pela onipresença dos meios de comunicação de massa, já constatados por vários estudos acadêmicos – conduz-nos facilmente a considerar a influência da mídia no desenvolvimento democrático no Brasil:

Aqui nós temos a chave para entender o papel da mídia em remodelar a democracia. Como Castells (1997) e outros fortemente argumentam os massa media estão transformando a democracia porque a própria vida política tem se tornado extensivamente situada no domínio da mídia (Dahlgren, 2001, p. 84).

Em estudo anterior realizado por esta pesquisadora (Rodrigues, 2002), verificou-se que a agenda do Poder Legislativo é frequentemente influenciada, ou mesmo determinada, pelos meios de comunicação. Um acompanhamento dos trabalhos do Congresso revelou que essa influência se dá por meio de pronunciamentos em plenário em função do que saiu no noticiário, na determinação dos trabalhos de comissão, dos debates e votações em plenário e de comportamento parlamentar em geral (Rodrigues, 2002).

No mesmo estudo, avaliou-se que grande parte do poder da imprensa vem da crise da representatividade da sociedade civil no Legislativo. Tal crise se dá tanto por fatores endêmicos ao regime – como baixa prestação de contas e impossibilidade de interferência

* Trabalho apresentado no GT Comunicação e Democracia do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

¹ Jornalista, mestre em Jornalismo Político, pela Universidade de Brasília, e em Relações Internacionais e Teoria Política Contemporânea, pela Universidade de Westminster, em Londres. O presente artigo representa um dos capítulos da dissertação de mestrado “Imprensa e Consolidação Democrática no Brasil”, defendida pela autora em agosto de 2003, no Centro de Estudos para a Democracia, na Universidade de Westminster.

² Entende-se como mídiação o processo pela qual a política tem dependido progressivamente da mídia para que ela possa acontecer.

popular em decisões (Hirst, 1992) – quanto pela burocratização - que força a política a depender dos mídia para publicizar-se – e por características do sistema democrático brasileiro - como a fragilidade ideológica dos partidos, a deslegitimação do Legislativo e a perda da retórica do discurso parlamentar (Rodrigues, 2002). Resultado desses fatores, a lacuna entre cidadãos e políticos passa então a ser preenchida pela mídia, que se torna responsável pela promoção do consenso anteriormente originário da relação políticos/cidadão. Se considerarmos aqui o conceito de poder de Hannah Arendt (Habermas, 1976), segundo o qual o poder não se baseia na violência, mas no consenso, entendemos em que consiste grande parte do poder da mídia.

Baseando-se no poder político que a mídia tem e destacando pressupostos de sua rotina jornalística – os valores-notícia³-, que muitas vezes acirram a instabilidade social e econômica, podemos facilmente inferir uma relação de influência entre o trabalho jornalístico e o processo de consolidação democrática. De acordo com Guillermo O’Donnel (1988, p.43), a consolidação representa uma “segunda transição⁴”, que começa no momento da instalação do governo democrático e vai até a própria instauração do regime. O mesmo autor (1992, p.48) especifica consolidação como: “onde há democracia política na qual os atores democráticos não têm mais entre suas preocupações principais a luta contra uma (repentina ou lenta) regressão autoritária, e conseqüentemente sem a necessidade de subordinar suas decisões a tal preocupação; onde atores políticos e sociais que controlam fontes significantes de poder (...) habitualmente sujeitam suas inter-relações às instituições específicas da democracia política por práticas compatíveis com a reproduções dessas instituições (...); onde a natureza habitual dessas práticas e o fortalecimento dessas instituições (...) sustentam o consenso (...) e promovem a natureza incerta do resultado de eleições justas e competitivas; onde esse conjunto de relações políticas é crescentemente consistente com a extensão de relações democráticas similares (...) em outras esferas da vida social; onde governo e burocracia sujeitam-se à distinção entre público e privado e há

³ Segundo Mauro Wolf (1987), os valores-notícia fazem parte do *newsmaking* – rotina jornalística pela qual se dá o processo de decisão do que é notícia. Eles são os critérios que fazem um acontecimento tornar-se ou não notícia, como o grau de importância dos indivíduos envolvidos em um acontecimento; o interesse humano; o grau de polêmica, etc.

⁴ De acordo com Scott Mainwaring, Guillermo O’Donnel and J. Samuel (1992, p. 8), a segunda transição é mais difícil que a primeira.

razoáveis mecanismos efetivos para sancionar ações republicanas de sua parte”. Sendo assim, consolidação requer o fim das desigualdades, distribuição de renda, acesso aos serviços básicos e cidadania. Baseado nisso, quais os obstáculos para a consolidação democrática no Brasil?

Segundo vários pesquisadores (O’Donnel, 1992; Moisés, 1995; Wiarda e Kline, 2000; Silva, 1999; Seligson, 1996; Mainwaring, O’Donnel e Valenzuela, 1992; Diamond, Linz e Lipset, 1990; Lamounier, 1990; Weffort, 1992; Comas, 1991) várias características do sistema político brasileiro estariam na resposta:

- caráter delegativo da democracia brasileira;
- fragilidade ideológica dos partidos;
- apatia política;
- instabilidade econômica;
- desigualdade social econômica;
- falhas no sistema de representatividade;
- personalismo;
- populismo;
- corrupção;
- cultura política.

Considerando os aspectos acima, é possível avaliar empiricamente como a cobertura jornalística pode reforçar alguns deles. Para isso, levamos em conta a capacidade da mídia de construir a realidade social e interferir no imaginário, entendido aqui segundo o conceito de Castoriadis de que é tudo que presentifica o sentido (Bittencourt, 1986, p.60). Um exemplo dessa capacidade de construção da realidade e da relação com os fatores acima apontados, foi a campanha de Luís Inácio Lula da Silva, do PT, à Presidência da República, em 2002. Naquele período, a imprensa assumiu definitivamente o papel de representante do povo quando descrevia e criticava todos os candidatos, ao mesmo tempo em que servia como termômetro para aqueles que estavam competindo. A expressão “Risco Brasil” foi utilizada para medir a confiabilidade da economia do País com a ascensão de Lula nas pesquisas. Conclui-se que a imprensa o identificava como “risco” naquele momento,

reforçando e aprofundando a crise econômica na época, ao provocar, por exemplo, aumento considerável do dólar. Outro candidato, como José Serra, do PSDB, que representava a continuação do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, aproveitou-se do clima gerado pela imprensa para espalhar a possibilidade de um colapso econômico. A cobertura também se concentrou mais nos personagens do que nas plataformas e nos partidos, o que reforça o caráter personalista do sistema político brasileiro.

Depois que Lula foi eleito e aclamado pelo povo (houve certa euforia social por ocasião de sua eleição), a imprensa mudou radicalmente sua posição “vendendo” a melhor imagem possível, consolidando a expressão “Lulinha paz e amor”, muito diferente da versão anterior apresentada pelos jornais. Ele passou a ser o conciliador, aquele que estava mais perto do povo, que discursava mais do que qualquer antecessor, e que estava fazendo o seu melhor para aprovar reformas de que o País necessitava⁵. Importante observar nesse caso que os parlamentares considerados como do grupo dissidente do PT, que eram contra as reformas tal como apresentadas pelo governo, passaram a ser vistos pela imprensa como “obstáculos” ao bem-comum. Uma vez mais o Legislativo estava sendo deslegitimado pela vontade do Executivo, com a cooperação da imprensa.

Essa e outras situações de cobertura que serão analisadas em seguida exemplificam como a imprensa pode estar prejudicando o processo de consolidação, ao reforçar os entraves a ela. Obviamente que isso não deve ser visto sob uma perspectiva conspiratória, mas entendendo que o próprio processo de cobertura, a rotina ou *newsmaking* (Wolf, 1987) são responsáveis pela reprodução e manutenção de situações de instabilidade. Regras básicas dessa rotina são o denunciamento; a procura por polêmicas e a famosa frase “*bad news is good news*”, que, como colocado por Axford (2001, p.24), provocam uma recriação da realidade política, que seria: “a desterritorialização das relações sociais e do governo; a descentralização e a fragmentação do Estado Nação; a transnacionalização do que foi antes chamado ‘política doméstica’; a mistura entre os domínios público e privado; a privatização de várias funções do governo; o significado de cultura, subjetividade e identidade na formação de conceitos

⁵ Interessante perceber que ele poderia ser visto como populista, mas até então não era o enfoque interessante para a mídia.

de interesse; a conseqüente proliferação de identidades políticas e atores; e a significação modal de tecnologias de informação e comunicação e de formatos midiáticos na constituição da vida política”.

Passemos então à análise da atuação da imprensa em relação aos fatores relacionados à consolidação:

Democracia delegativa

A democracia brasileira pode ser considerada delegativa devido ao conflito entre os poderes Legislativo e Executivo, porque o segundo estaria legislando mais do que o primeiro, originariamente criado para isso. A confiança e o poder são delegados ao primeiro chefe da Nação, o presidente da República, há predominância de eleições plebiscitárias e votos clientelísticos sobre relações partidárias e parlamentares (Weffort, 1992, p. 108). Como dizem Wiarda e Kline (2000, p. 63), o papel do Congresso tem sido historicamente iniciar ou vetar leis, entretanto, mais uma vez, age como um poder do governo. O uso de medidas provisórias tem demonstrado claramente o tipo de relação que se desenvolveu entre ambos.

Nesse caso, a imprensa tem ajudado a deslegitimar o poder Legislativo, ao colocá-lo seguidamente como culpado por tudo que acontece de errado no País. Apesar de discussões políticas, uma análise das últimas crises - “mensalão” e “sanguessugas”⁶ - e as pesquisas eleitorais veiculadas antes do primeiro turno das eleições deste ano mostram claramente que no imaginário social concretiza-se a idéia que o “grande mal” reside no Legislativo. Em situações mais triviais de grandes votações, qualquer erro ou acerto também acaba sendo colocado “na conta” do Congresso, quando o resultado passa por um acordo que na maioria das vezes não se faz sem o aval do Palácio do Planalto.

⁶ O escândalo do “mensalão”, que deu origem à CPMI dos Correios, referia-se a um esquema de pagamento de propina a parlamentares que votassem com o governo. A CPMI das Sanguessugas tenta desbaratar um esquema de pagamento também de propina a parlamentares que apresentassem emendas ao Orçamento que favorecessem uma empresa de ambulâncias.

Uma pesquisa desenvolvida pelo cientista político Mauro Porto mostra que a deslegitimação começou com a emergência do jornalismo investigativo, que tornou-se mais forte durante o período da Nova República, iniciado com a eleição do primeiro presidente brasileiro civil. Isso acontece porque o mero “denuncismo” leva a sociedade a associar a desmoralização de uma certa conjuntura à substância do próprio regime: “(...) o paradoxo do jornalismo investigativo é que ao mesmo tempo em que representa uma função importante da imprensa na democracia, tem contribuído para disseminar desconfiança e rejeição à política e suas instituições, gerando sérios obstáculos à legitimação do regime democrático que pretende servir” (Porto, 1996, p. 8). Obviamente que essa imagem só é construída pela imprensa devido a sua capacidade de influenciar o imaginário social.

Isso significa que a “anti-política” que os mídia parecem disseminar tem uma face muito particular: a atitude anti-institucional, diretamente refletida na maneira que falam sobre o trabalho da maioria das instituições políticas. A campeã de críticas é o Legislativo (Porto, 1996, p. 7). Isso pôde ser visto, por exemplo, quando a Câmara estava votando a Reforma da Previdência, em 15 de março de 1997 (Rodrigues, 2002, p. 64-70). Os deputados tentavam negociar a aprovação da nova lei. As manchetes dos principais jornais daquela época eram:

“Toma-lá-dá-cá adia votação da Previdência” (Jornal do Brasil, 15/05/96)

“Chantagem no Plenário” (Correio Braziliense, 15/05/96)

“Governo fecha balcão de negócios” (Jornal do Brasil, 24/05/96)

Esse tipo de cobertura acontece porque a imprensa procura sempre o que é polêmico, um dos principais valores-notícia do chamado *newsmaking*. A polêmica *per se* caracteriza a cultura jornalística de cobertura do Congresso, em que ainda que uma fonte desminta peremptoriamente algo que outra fonte disse, e o assunto se perca no ar, vale publicar a declaração sem o desmentido para dar vazão ao “espetáculo”. Incontáveis notícias são dadas dessa maneira, como comprovam assessores de imprensa parlamentares, alimentando “disse-me-disse” ao longo de vários dias.

Como o poder Legislativo é originariamente a maior instância de representação popular nacional e, sendo assim, da própria democracia, enfraquecê-lo, ao reforçar sua relação desproporcional com o Executivo, é o mesmo que enfraquecer a democracia. Como diz o jornalista Carlos Brickman (1994, p. 57), se a imprensa não recuperar rapidamente a cobertura do Legislativo e persistir na desmoralização dos congressistas, haverá possibilidade de retorno da ditadura.

Fragilidade dos partidos políticos

Não há dúvida de que grande parte dos problemas do sistema representativo no Brasil deve-se à fragilidade dos partidos políticos, haja vista as discussões sobre fidelidade partidária que permeiam os debates sobre reforma política. Segundo Phillip Schmitter (1995, p. 22), suas ideologias não são mais convincentes; seus símbolos não têm mais a mesma presença; eles não têm habilidade para atingir o esperado bem-comum; seus líderes não têm sucesso na mobilização do público para atingir objetivos; e eles não podem nem ao menos controlar ou inspirar o voto de seus membros. Isso torna mais difícil a formação de verdadeiras coalizões, capazes de governar ou de servir como referência para os eleitores (Moisés, 2000, p.55). Indo mais longe, Wiarda e Kline (2000, p. 55) sugerem que os partidos políticos em toda América Latina são tão pouco estimados que chegaram a haver tentativas de democracias sem partidos.

Nesse contexto, os *mass media* têm freqüentemente substituído o papel dos partidos no Brasil. Muitos cientistas políticos afirmam que políticos compensam a ausência de estruturas partidárias firmes com efetivo uso de televisão. Os meios de comunicação passaram, então, a substituir antigas formas de campanha política, como comícios, servindo como arena onde votantes e votados podem se encontrar novamente,

Wring e Ivan Horrocks (2001, p. 191) alertam para o fato de que os novos *mass media*⁷ ameaçam prejudicar a democracia. A questão emerge naturalmente: como? Os mesmos

⁷ De acordo com os autores citados (2001, p. 193), novos *mass media* são aqueles que possuem seis propriedades: alto volume de informação; troca de informações sem nenhuma barreira de tempo e espaço; alto controle de informações pelos consumidores; aperfeiçoamento do controle do público alcançado pelos

autores (2001, p.19) facilmente respondem: “...ao reforçar preconceitos existentes no conhecimento e na informação; ao fragmentar o discurso entre áreas altamente diferentes; e ao reduzir a participação a um distanciado e marginalizado voto, que acontece como uma reação impulsiva a um limitado número de opiniões”.

Na verdade, a crescente onipresença dos novos *mass media* contribui para mudanças na natureza dos partidos políticos. Considerando a decadência dos partidos de massa, as novas tecnologias parecem ter vindo ajudar os partidos a tornarem-se mais profissionais e a resolver problemas financeiros, já que atingem mais pessoas a custos mais baixos. O problema é que o tradicional contato interpessoal que estimulava ativistas e cidadãos comuns não mais existe, o que contribui para a decadência do suporte ideológicos dos partidos.

Por meio dos *mass media*, e especialmente das novas tecnologias, os partidos podem não somente controlar seus membros, mas também a reação pública, a fim de mudar suas posições de acordo com a opinião pública. Os partidos atualmente usam a imprensa para testar a reação do público e, assim, agir segundo intenções eleitorais e não de acordo com suas convicções ideológicas. Isso nos levaria à conclusão de que nesse caso o processo democrático está sendo prejudicado, uma vez que o consenso resultante, defendido por teóricos como Jurgên Habermas e responsável por legitimar o poder, poderia ser superficial e mera consequência de interesses pessoais. “...Com o enfraquecimento dos partidos políticos, a organização do sistema político foi relegada à mídia, um papel que eles são incapazes de cumprir efetivamente “, adverte Ralph Negrine (1996, p. 179).

remetentes; controle descentralizado sobre a comunicação de massa; inserção de capacidade interativa na televisão. Aqui é importante notar que as novas tecnologias parecem encaixar-se perfeitamente na maneira de fazer o que Bennet (in Dahlgren, 2001, p.68) denomina de “nova política”, que seria caracterizada “pelo

Representação

Podemos concluir que a lacuna na representação, resultante da fragilidade dos partidos e da deslegitimação da instância representativa (Poder Legislativo), é então preenchida pela mídia, que substitui a tradicional política “face-a-face” (McNair, 2000, p.91; Axford, 2001, p.12). “...A mídia se tornou uma poderosa instituição, anunciadamente ou não, de poder coletivo. Não simplesmente porque o público confia nela para sua informação sobre política, mas porque autoridades usam as notícias para comunicarem-se e influenciarem todo contexto importante para tomada de decisão, a mídia é hoje intermediária crucial implicada no dia-a-dia do governo no mínimo como meio de conectar autoridade e público” (Cook, 2001, p.184).

Reforçando Cook, Negrine (1996, p. 9) diz que se espera da imprensa que ela chame atenção para questões e pressione instituições governamentais e não-governamentais, expressando a voz da opinião público e levando as pessoas a agir. O problema nesse caso é que a imprensa não representa simplesmente a sociedade civil, exercitando direitos civis a que a sociedade não tem acesso, uma vez que possui seus próprios interesses como elite não só industrial, mas também de informação e ideologia. Na verdade, ela deve ser vista como um agente de intervenção política, “com intenções de desmoralizar organizações políticas e influenciar eleitores” (McNair, 1995, p. 68; 69).

Nesse contexto de representação, pesquisas de opinião são importantes instrumentos usados pela mídia para falar em nome dos cidadãos. Elas são vistas como ponto inicial para avaliar a situação política, especialmente em termos de crítica a certos políticos que estão em cena. “Sendo assim, as visões do ‘cidadão’ são comunicadas para cima, freqüentemente com efeitos observáveis no comportamento dos partidos” (McNair, 1995, p.13).

personalismo, mais do que pelo engajamento coletivo, e pela forte ênfase em questões singulares, em detrimento de plataformas e ideologias”.

Ao perceber essa situação, Câmara e Senado criaram seus próprios veículos (rádio, TV, agência em tempo real e jornal⁸) há cerca de 10 anos. Uma vez que a representação tem sido exercida pela mídia, que também influencia e determina a agenda política, eles decidiram melhorar sua capacidade de comunicação com vistas a apresentar outro *menu* de notícias para a população, outra agenda. Ao fornecerem gratuitamente um leque maior de notícias, os meios de comunicação do Congresso têm por vezes conseguido não só atingir o cidadão, mas também agendar a própria imprensa.

Sendo assim, podemos concluir que os *mass media* estão em posição de “juízes”, como se estivessem acima das situações e com melhores chances de avaliação de quais são as prioridades de cidadãos e políticos. “Algumas tendências na mídia moderna tendem a colocar o jornalista e a mídia em posição superior ao governo e aos políticos. Por exemplo, a idéia do jornalismo ‘neutro’, a prática de investigar políticos, de tratar com ‘desdém’, de quase desacreditar o que quer que eles defendam confere à mídia posição superior de julgamento” (Negrine, 1996, p. 22). Como explica Negrine (1996, p.22), algumas vezes não percebemos que os veículos de comunicação têm responsabilidades somente em relação aos seus donos, “então a crescente (auto) importância e o papel de destaque que possuem dentro do processo político pode estar tomando o lugar - ou dando margem à substituição - da participação pública no debate político e dos processos pelos quais os governos são chamados à responsabilidade pela ampla população cidadã”.

Esse contexto é reforçado pela própria rotina jornalística. Suas principais características – busca de imparcialidade e escassez de tempo – contribuem para retransmitir o pensamento da classe dominante, mesmo que o jornalista não esteja a serviço dela. Como? Ao selecionar prioritariamente fontes institucionais e oficiais, poupando tempo de apuração e buscando “garantir” a neutralidade. O resultado é a reprodução simbólica da estrutura de poder existente (Hall, 1993, p. 228)

⁸ Ambos (Senado e Câmara dos Deputados) já tinham seus jornais antes, mas eles eram mais um tipo de *house organ* do que veículos nacionais.

Personalismo e populismo

A legislação eleitoral atual, a fragilidade partidária, o caráter delegativo da democracia brasileira e sua herança colonial são aspectos da cena política que conduzem ao personalismo e ao populismo. Ambos são reforçados pela imprensa, uma vez que, principalmente no que se refere ao personalismo, pela sua própria natureza, ela trabalha melhor com personalidades singulares (Negrine, 1996, p. 158) . “Por concentrar-se em personalidades, a TV (mas aqui podemos considerar a mídia de maneira geral) tem ao mesmo tempo destacado a posição de líderes políticos em detrimento de organizações partidárias. E esse declínio da organização partidária importa porque, em sociedades divididas por conflitos de interesse (...), partidos representam o momento racionalista e universal do Estado Hegeliano. Isso quer dizer que eles são uma forma institucional indispensável, pela qual os pensamentos dos indivíduos são formatados dentro da hierarquia de interlocução necessária, com meios e fins mutuamente interdependentes, dentro do que chamamos programa político, sem o qual a ação política racional com vistas ao bem público torna-se impossível”, explica Nicholas Garnham (1986, p.50; 51)

No Brasil, a cobertura da imprensa se concentra mais em líderes políticos (mas somente nos principais, dentre os 14⁹ que temos); no vulgarmente chamado “alto clero”, que não são mais do que cerca de 28 deputados, no caso da Câmara, somente 5,45% dos 513 membros da Casa; nos presidentes da Câmara e do Senado, e nos principais ministros, além, é claro, do presidente da República. Isso acontece, como já foi dito, devido ao fato de ser mais fácil à imprensa concentrar-se em pessoas do que em partidos ou grupos, que tornariam as notícias mais abstratas. Daí também o natural favorecimento da cobertura do Executivo em relação ao Legislativo.

Mas não é só isso. A imprensa também reforça o populismo, uma vez que seu objetivo é encontrar o que a média dos eleitores quer e dar-lhes de volta o que é esperado. “Isso encoraja os governos a seguir estratégias de curto prazo e os desencoraja de falar verdades complexas e dolorosas. O resultado é uma forma de populismo brando, em que governo e

⁹ Consideramos aqui também os líderes do Governo e da Minoria.

políticos rumam em direção a um campo político seguro, onde aparência conta mais do que ideologia e política” (Newton, 2001, p. 165).

O inusual e o perigoso - dois valores-notícia que favorecem os populismo - foram dois fatores muito utilizados pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo, impedido em 1992, quando ele tentava – e conseguia – chamar atenção da mídia durante seu breve governo, por meio de sua performance esportiva, entre outras coisas. De outra maneira, o presidente Lula utilizou-se de estratégias semelhantes para chamar atenção do público e dos meios de comunicação. Agindo de forma diferente de seus predecessores, deixava as pessoas chegar perto dele publicamente, garantindo manchetes e matérias elogiosas ao comportamento, que mudaria durante seu governo. Em maio de 2003, durante um discurso em Sergipe, Lula chamou o chefe da segurança pelo primeiro nome, pedindo-lhe que abrisse espaço para que as pessoas pudessem chegar mais perto dele. Lula quebrou todos os protocolos dos outros presidentes usando velhas fórmulas como “estar onde as pessoas estão”, lembrando atos do presidente Getúlio Vargas. Tudo isso era ressaltado pela imprensa de forma bastante positiva.

A revista *Veja* publicou um artigo em 14 de maio de 2003¹⁰, mostrando quão alto havia sido o número de discursos durante seus primeiros quatro meses de governo. Segundo o artigo, se não considerarmos os domingos, Lula fazia àquela época um discurso por dia, muito mais que seus antecessores. Uma das analogias que usava frequentemente é um símbolo de paternalismo, uma forma de populismo também: “Quantas vezes tive de dizer ao meu filho: isso não é possível. ‘Ah, pai, mas eu preciso fazer uma viagem!’. Não é possível. Então, você precisa tratar as pessoas como você trata seu filho, da maneira mais terna, mas firmemente, diferente do que vinha sendo feito no governo de elite dos últimos anos”, disse o presidente.

Pesquisas encomendadas pela Presidência da República mostravam que o povo brasileiro estava gostando da imagem e da atuação de Lula, o que mostra claramente seu apelo popular ao tentar estar mais presente e próximo possível das pessoas. “Seus discursos são o

¹⁰ Para mais informações veja o artigo “Quase um discurso por dia”, publicado na página 46 de *Veja*, em 14 de maio de 2003.

principal instrumento para ação política”, confirmava, à Veja, o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci. A conclusão apresentada pela revista foi a de que o pequeno número de discursos presidenciais no passado era entendido por muitos como resultado de ausência de tradição democrática, uma vez que “fazer discursos implica convencer alguém e somente a democracia lida com isso”.

A prática de discursos seguidos mudou durante seu governo, pois após o período de “lua-de-mel” com a imprensa, o polêmico passou a ser o que o presidente dava de brechas para críticas em seu discurso. As falas diminuíram e o presidente entrou em crise crescente com a imprensa. Sua Secretaria de Comunicação teve de ser mudada, assim como as estratégias de comunicação. O presidente ficaria, a partir de então, mais distante da mídia.

Outro fator que encoraja populismo é o tipo de participação estimulado pela mídia, uma vez que ela favorece modos de organização plebiscitários. Isso acontece porque os políticos dependem mais e mais da aceitação da opinião pública, e para garantir isso, através de mídia, eles desenvolvem comportamento populista¹¹. O problema seria que populistas, não só no Brasil mas em toda a América Latina, alcançam mais notoriedade do que poder, sobem e caem facilmente (Newton, 2001, p.166). Não que alguns não consigam, entretanto, ter sucesso em mudar a agenda e convencer políticos tradicionais sobre questões importantes.

Apatia

A apatia política tem diversas origens no Brasil, segundo estudos acadêmicos. A primeira delas seria a herança dos tempos autoritários. Isso porque a ditadura marcou um período de “despolitização forçada”, com repressão contra todas as expressões políticas independentes (Silva, 1999, p. 54). Por outro lado, um pequeno grupo sofreu processo oposto, de hiperpolitização, mas que levou a resultado semelhante: exaustão. Outra herança não menos importante foi o sucesso econômico da época, que levou a população a identificar

¹¹ Obviamente que se faz necessário ressaltar que participação popular e interatividade enriquecem a prática política.

democracia com recrudescimento econômico, devido ao insucesso de vários planos econômicos na retomada do regime.

Outro fator que contribuiu para a apatia foi o caráter elitizado e negociado da transição para a democracia. A restauração do regime democrático foi conquistada por uma série de barganhas entre forças democráticas e autoridades militares (Casper e Taylor, in Silva, 1999, p.54), para garantir uma transição mais fácil, lenta e segura, bem como governabilidade. Em muitos casos, como lembra O'Donnell (1989, p.32, 58), pediu-se aos partidos políticos que parassem de agir como agentes mobilizadores para trabalharem como meios de controle social e político sobre a população. Mas o que é importante enfatizar, no que se refere propriamente à apatia, é que “as transições democráticas dos anos 80 que sobreviveram tornaram-se as ‘frias’ democracias dos anos 90” (Karl, 1996, p.36).

Como os meios de comunicação atuam com relação à apatia? Ao reforçar que a política não é algo sério e concentrar a cobertura em “focos de bastidores”¹² e interesses humanos sórdidos, a imprensa desmobiliza as pessoas. Ela se concentra em focos porque isso faz parte do *newsmaking*. Alguns desses valores-notícia, que podem ser usados em grupo ou não, são: fofoca, polêmica, interesse humano, etc (Wolf, 1987)¹³.

Paralelamente, como dito por Norberto Bobbio (citado por McNair, 1995, p. 23), um dos maiores problemas nas democracias liberais é a falha na produção de eleitores racionais, o que também levaria à apatia. Sendo assim, poderíamos concluir que a apatia pode ser uma resposta racional para o sentimento do indivíduo de que seu voto não vale nada. “Se a democracia é principalmente um conjunto de normas com intenção de legitimar o poder burguês, a apatia (negação de participação) do eleitor (e principalmente da classe trabalhadora) pode ser interpretada como uma afirmação da deslegitimidade do poder burguês” (McNair, 1995, p. 24). Conforme, reconhecem Moog e Sluyter-Beltrão (2001, p.

¹² “Tem havido uma mudança na natureza da cobertura parlamentar com grupo de correspondentes tornando-se mais adeptos a focos picadas do que a argumentos com substância”, ressalta Ralph Negrine (1996, p.53).

¹³. É importante ressaltar também o *newsmaking* á processo que torna viável a produção de notícias, devido às pressões de espaço e tempo.

30), as instituições e o tipo de discurso que agora faz parte da nova maneira de fazer política parecem estar provocando uma espécie de desencantamento.

No Brasil, como veremos adiante, tal sentimento é reforçado pela corrupção, tida por todos como um problema endêmico que persistirá independentemente de seu voto ou escolha. Se considerarmos ainda o processo de deslegitimação parlamentar favorecido pela imprensa, não é difícil entender a apatia. Segundo dados do site Congresso em Foco¹⁴, de 16 de outubro de 2006, o número de votos brancos e nulos para deputado federal foi o maior das últimas quatro eleições. Os votos nulos cresceram 66% e os brancos, 34%, em relação à eleição passada.

Além disso, é importante notar que com o advento das novas tecnologias houve aumento na segmentação, o que também contribui para a anomia (Axford, 2001, p.6).

Crise econômica e desigualdade

O fim das desigualdades e da crise econômica é unanimemente apontado como fundamental para a consolidação democrática. Como já foi dito anteriormente, a retomada da democracia não garantiu estabilidade econômica, o que levou muitos a pensarem que o novo regime era a causa da recessão econômica. “Ajuste econômico para aprimorar a competitividade na agenda internacional, monetário e fiscal para combater a inflação são dificilmente compatíveis como uma agenda política para a consolidação democrática”, destacam Mainwaring, O’Donnel e Valenzuela (1992, p.9).

No caso da desigualdade econômica, a consolidação fica prejudicada porque depende da legitimação, dada por todas as classes, às regras e procedimentos que podem tornar toleráveis os conflitos sociais e econômicos (Weffort, 1992; Comas, 1991). De acordo com Weffort (1992, p.35), extrema desigualdade não anula as possibilidades de democracia política, mas faz uma grande diferença.

¹⁴ Para mais informações, consultar o site www.congressoemfoco.com.br.

No que se refere à imprensa, ela acaba também reforçando a instabilidade econômica. Isso porque há dois valores-notícia relacionados a isso: “relevância e significância da evolução futura de uma situação” e “ruptura no fluxo normal dos acontecimentos” (Wolf, 1987, p.181;183)¹⁵. Devido a isso, mesmo se o problema não for tão grave, a imprensa tende a fazer parecer que sim para garantir maior audiência: “A necessidade de escrever uma ‘boa história’ é muitas vezes antitética à produção de jornalismo investigativo” (Negrine, 1996, p.13).

Isso acontece porque a imprensa brasileira está acostumada a trabalhar somente em contextos de crise, de forma que tende a produzi-la mesmo quando ela não existe. Podemos dizer que tal situação foi favorecida pelo Projeto Folha da década de 80, quando a importância de crises e do “jornalismo denunciatório” tiveram um de seus auge.

Um exemplo ocorreu em 19 de outubro de 1996, a imprensa publicou que o presidente Fernando Henrique Cardoso havia dito que “a caneta que nomeava era a mesma que demitia”. Ele pretendia repreender seus aliados que intencionavam votar contra a reforma administrativa. Entretanto, destacada do contexto, a declaração tomou proporção de crise entre governo e aliados, que não havia inicialmente. Outro exemplo foi uma pesquisa encomendada pela Folha de S. Paulo, em 19 de maio de mesmo ano. Não havia atmosfera de rejeição ao governo naquele momento, mas a pesquisa dizia que a popularidade de FHC havia caído 13%. Para contrapor a imprensa, o governo divulgou outra pesquisa, realizada pelo instituto MCI e publicada no Correio Braziliense de 21 de maio, em que 40% dos entrevistados classificaram o governo como ótimo ou bom. Ou seja, foi necessário adotar a “gramática da comunicação” para reverter a crise (Rodrigues, 2002, p. 50; 75; 76).

Esse tipo de comportamento da imprensa leva o mercado muitas vezes a agir precipitadamente. Isso ficou muito claro durante o período pré-eleitoral de 2002. Grande parte da mídia costumava mostrar Lula como uma opção radical, um tipo de “ameaça à ordem”, focando no mercado externo. Quando a imprensa percebeu que ele poderia ir para

¹⁵ Temos que considerar ainda aqui que a concorrência entre os veículos de comunicação também reforça essa situação, uma vez que todos oferecem o mesmo “menu” para os cidadãos.

o segundo turno, passou a utilizar a expressão “risco Brasil”¹⁶, que aumentaria cada vez que o candidato apresentasse melhor posição nas pesquisas (Braga, 2002, p. 8). Sendo assim, cada vez que Lula subia o mercado reagia prontamente. Uma semana antes das eleições, em outubro, o dólar atingiu cerca de R\$ 3,92, contra R\$ 3,09 no mesmo dia do mês de agosto, e R\$ 2,38 em janeiro, de acordo com dados do Banco do Brasil. Sendo assim, os *mass media* parecem não ajudar a resolver as crises econômicas, uma vez que isso compromete sua própria sobrevivência e lucratividade.

Quanto à desigualdade, a imprensa tende a mostrá-la quando lhe é conveniente em termos de valores-notícia. Dois deles, por exemplo, dizem que “quanto mais o acontecimento estiver relacionado à elite do país, maior sua chance de tornar-se notícia”, daí a concentração de cobertura nas elites (Wolf, 1987, p. 178; 190). Outro diz que o impacto no interesse da nação e segurança também são determinantes (Wolf, 1987, p. 179). Um exemplo prático seria a maneira que os *mass media* exploraram o caos vivido no Rio de Janeiro, iniciado em setembro de 2002, quando traficantes criaram dramáticos “acontecimentos midiáticos” (para chamar atenção da imprensa e, conseqüentemente, do governo), como bombardear hotéis famosos e fechar lojas turísticas. Obviamente que isso é resultado da desigualdade, do contraste entre as favelas e o resto da cidade, mas a mídia necessariamente toma vantagem para melhorar sua circulação e/ou audiência, uma vez que o fato estava relacionado à segurança das elites. Sem dúvida, a imprensa também teve um importante papel nesse caso, ao mostrar como a desigualdade expressa seus conflitos, ao mesmo tempo em que reforça a idéia de que democracia não é propriamente um instrumento contra pobreza e injustiça. Infelizmente, devemos ainda dizer que esse tema pode também atender ao valor-notícia de “interesse humano” (interesse na desgraça): “Naturalmente, um dos princípios fundamentais do jornalismo é que, quando maior, mais insólito ou mais sangrento é o espetáculo, maior é o valor-notícia. E isto, não porque os jornalistas sejam mais macabros ou menos sensíveis às coisas belas da vida do que as outras pessoas. Isso reflete apenas o fato inevitável de que os leitores se interessarão por

¹⁶ Na verdade, como recorda Ubiracy Braga (2002, p. 9), a mídia, ao longo dos anos anteriores à eleição de 2002, já vinha classificando Lula como “candidato derrotado”.

uma história que os impressione e, pelo contrário, ignorarão uma notícia de rotina” (Brucker, in Wolf, 1987, p 184).

Fica claro então que as prioridades da mídia nem sempre coincidem com as da sociedade. Se pensarmos que ela é capaz de influenciar a agenda de prioridades do público, o perigo de distorções passa a ser muito maior. Como conclui McNair (1995, p. 51), “dizer que os veículos de comunicação têm um efeito cognitivo e de *agenda setting* nas democracias modernas é talvez, nesse estágio do século XX, uma afirmação do óbvio”. Sendo assim, eles podem não servir como uma arena real, a que todos podem ter acesso para expressar diferenças e desigualdades, o que, como consequência, pode levar tudo a permanecer como está. Um exemplo, para melhor neste caso, foi quando a imprensa descobriu problemas no tratamento de idosos da clínica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro, em maior de 1996. Uma CPI foi criada na Câmara para investigar o caso. E somente após esse fato o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei do Idoso, o que significa que a saúde pública para idosos somente tornou-se prioridade na agenda governamental por causa da imprensa (Rodrigues, 2002, p. 83-85). Como adverte James Fallows (1996, p. 131), “o que é importante é diferente do que é urgente. O que é importante frequentemente não é o que é notícia”.

Corrupção

A democracia ainda é vista como instrumento contra injustiça e pobreza, mas o que as pessoas vêm é abandono, pelo Estado, de suas principais tarefas. Apesar do fato de que a democracia promove grande respeito pela lei e pela dignidade humana quando comparada com a ditadura que a precedeu, ela pode ser incapaz de promover reformas substantivas para acabar com as desigualdades (Karl, 1996, p. 36). “Ironicamente, as condições que permitem a persistência da democracia a curto prazo constroem seu potencial para resolver os enormes problemas de pobreza e desigualdade...” (Karl, 1996, p. 36).

Esses fatores são também uma das causas da corrupção, problema que tem tirado “prestígio” do sistema democrático. Casos antológicos, como os que envolveram o

presidente Collor e agora o governo Lula, muitas vezes levam a sociedade a identificar democracia como liberdade para corrupção. Trata-se de uma característica endêmica da América Latina e tem várias outras causas que não só políticas.

As denúncias de corrupção fazem também parte do grupo de valores-notícia aos quais a imprensa está “viciada”. Gravações clandestinas aparecem em todos os veículos de comunicação, gerando dias e dias de noticiário fácil. E, em quase todas as vezes que isso acontece, há grande reação por parte do público, o que faz com que Congresso e governo tenham de tornar o fato prioridade da agenda política. De 1999 a 2003, o Congresso teve 31 CPIs criadas especificamente para investigar denúncias. Analisando os projetos que deram origem a elas, podemos ver que pelo menos 28 foram baseados em denúncias da imprensa, o que significa a expressiva cifra 73%¹⁷. Como exemplo, podemos citar a justificação da CPI para investigar contratos de organizações governamentais: “A sociedade brasileira assistiu petrificada as denúncias de corrupção, fraude e mau uso de dinheiro público, em São Gonçalo (RJ), veiculadas pelo programa Fantástico...”, diz o projeto¹⁸. Uma das CPIs mais importantes do período considerado, criada para investigar a relação entre a Nike e a CBF, também teve sua justificação completamente baseada em matérias da imprensa.

Atualmente, como já mencionamos, o maior exemplo do que estamos analisando foi a CPI do Mensalão, criada para investigar o sistema de pagamento de “mesada” a parlamentares que votassem a favor do governo. Não só a CPI teve origem em matérias de imprensa como toda investigação foi conduzida pela mídia. Listas de origem duvidosa surgiram, bem como várias pistas que foram averiguadas e confirmadas posteriormente pela Polícia Federal.

O exagero de denúncias sem a devida checagem pode reforçar o processo de deslegitimação institucional.”Hoje em dia, em muitos estados brasileiros, alguns dos políticos denunciados pela imprensa estão crescendo nas pesquisas, mostrando a ineficácia das denúncias. Mais do que isso, o denunciismo misturou honestos com ladrões, faltas leves

¹⁷ Nesse caso, consideramos somente os projetos que citavam expressamente matérias de imprensa como origem para seu conteúdo. Considerando a rotina da Casa, é fácil imaginar que a influência pode ser muito maior se considerarmos quando a menção à imprensa não é clara.

¹⁸ Mais informações podem ser encontradas no site www.camara.gov.br.

com crimes; condenou inocentes e absolveu suspeitos óbvios devido à sua incompetência para provar; afetou a imagem de instituições e governos, transformou rumores em denúncias; desmoralizou o processo judicial e alianças políticas. O leitor e o telespectador estão completamente desorientados”, confirma a avaliação do jornalista Luís Nassif (2001, p. 1).

O resultado das eleições de 2006 comprovam vivamente esta análise. O excesso de número de denúncias pareceu reduzir sua importância. A sociedade absolveu grande parte dos “mensaleiros”, cujas denúncias já estavam antigas em relação às dos “sanguessugas”, cujos participantes foram condenados pela sociedade. Dos 11 mensaleiros absolvidos pelo plenário da Câmara, 5 conseguiram voltar. Outros dois que renunciaram aos seus mandatos no ano passado para fugir do processo de cassação foram eleitos. O pivô das denúncias do mensalão, deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), réu confesso e cassado pelo plenário da Câmara, foi reconduzido à presidência de seu partido em outubro deste ano, após somente 13 meses de sua cassação.

Dos 49 deputados acusados pela CPI das Sanguessugas que respondem a processo no Conselho de Ética e que tentaram se eleger, apenas seis foram vitoriosos. Os outros 16 deputados processados pelo conselho desistiram de disputar as eleições depois do escândalo.

Cultura política

De acordo com José Álvaro de Moisés (1995, p. 87), cultura política: “(a) associa-se intensamente aos padrões de atitudes, opiniões e orientações da ação política; (b) imprime continuidade, no tempo, a tais padrões, mesmo sem torna-los imutáveis diante da ação transformadora, por exemplo, da própria experiência políticas dos membros adultos da comunidade política; e (c) tem conseqüências políticas extremamente relevantes, precisamente, para a viabilização de instituições democráticas”.

É largamente sabido que a cultura política é essencial para a consolidação democrática, uma vez que é ela que garante a autonomia, a especialização e a complexidade das

instituições necessárias para o funcionamento do sistema (Moisés, 1995, p. 75). Essa cultura é a garantia de que as regras normativas da democracia serão obedecidas, guardados os requisitos já alcançados, como igualdade econômica. A base para ela são instituições, comportamentos e atitudes.

A cobertura da imprensa tal como a temos mostrado aqui não parece contribuir para essa cultura. O foco em polêmicas, crises, fofocas de bastidores (sem argumentação ou explicação, em grande parte dos casos), assim como a distorcida função de representação exercida pela imprensa não ajuda na construção da cidadania. “...O jornalismo se tornou um cinismo-indutor alienante, narcotizando a força de nossa cultura política, retirando as pessoas da cidadania mais do que as equipando para preencher seu potencial democrático”, afirma McNair (2000, p. 8). De acordo com ele, o crescimento da televisão diminuiu o conteúdo intelectual do discurso político, habilitando as elites a preservar conhecimento para manipular as massas. Esse prejuízo à cultura política é hoje reforçado pelas novas tecnologias, que privilegiaram o sistema de valores do comércio em relação ao de comunidade na batalha pelo sucesso político (Coleman, in McNair, 2000, p. 9). Tal fato parece criar a cultura política do espetáculo, como adverte Jean Baudrillard (1983, p. 25). Eventos políticos criados especificamente para serem inseridos na mídia, com intenções eleitorais, também podem ser perigosos. De acordo com Brian McNair (1995, p. 122), isso está degradando a cultura política, além de manipular a opinião pública.

Obviamente que a cultura política está relacionada à esfera pública (lugar onde idéias são examinadas e discutidas, onde a racionalidade acontece¹⁹), uma vez que se encontra cada dia mais dominada pela mídia (Moog & Sluyter-Beltrão, 2001, p. 85). Se não houver estímulo à cultura política, então a esfera pública pode ser mera abstração (McNair, 2000, p. 105). “Rumo ao século XX, Habermas observa com pessimismo a trivialização da política, não menor na mídia eletrônica, a industrialização da opinião pública, a transformação dos públicos de comunidades discursivas para consumistas, e uma

¹⁹ Esse é o conceito habermasiano de esfera pública. Os ingredientes críticos da esfera pública poderiam ser resumidos em seis pontos: comunalidade (um simples e coerente público); livre fluxo de comunicação (entre centros de discussão local e o parlamento); debate crítico de questões-chave para o bem-comum; caráter não comercial; transparência; e consenso atingido por meio do debate racional (Habermas, 1989).

variedades de outras doenças que muitos outros críticos têm freqüentemente notado” (Dahlgren, 2001, p. 34). Na verdade, como colocado por Bob Franklin (1994, p. 23), a democracia midiática, com a política “empacotada”, não possui debate político direito e seus cidadãos se tornam mais espectadores que participantes, o que reforça a apatia já colocada aqui.

Desta forma, em termos de representação, já citada como uma função desempenhada pela mídia, é importante ressaltar que se espera dela a promoção da discussão racional - difícil em tempos em que o debate é substituído pela performance – que levaria ao consenso racional defendido por Habermas (Negrine, 1996, p. 9). O problema é como o diálogo está sendo feito e qual tipo de cultura está sendo promovido por ele. “Mais do que ver os *mass media* e sua inserção na ‘esfera pública’ como solução para os males contemporâneos, eles podem ser de fato parte do problema” (Negrine, 1996, p. 21; 22).

No que se refere à cultura, podemos concluir que a mídia está intimamente ligada a ela, mas não de maneira saudável. Devido a isso, “as mais conhecidas interpretações acreditam que os padrões políticos e culturais dominantes não autorizam nem as mais pessimistas expectativas sobre a possibilidade de uma esfera pública baseada em uma ampla definição de direitos políticos no Brasil” (Moisés, 1995, p. 107).

Efeito anti-democrático

De acordo com tudo que foi visto, fica claro, a despeito de seu potencial democrático, que os *mass media* acabam prejudicando o processo de consolidação democrática no Brasil, uma vez que: reforça o caráter delegativo do sistema democrático brasileiro; reforça a fragilidade dos partidos, até mesmo substituindo-os; coloca-se como representante da sociedade civil; reforça o personalismo e, de alguma forma, também o populismo; não ajuda a quebrar a apatia política; contribui para a manutenção de crises econômicas; não promove cultura política, que auxiliaria na construção de uma sólida cidadania.

Como percebemos, uma das principais razões para isso são as peculiaridades do rotina de produção jornalística, expressa pelo *newsmaking*. Isso é bem resumido por Ralph Negrine (1996, p. 179) quando diz que: "Se toda a comunicação governamental e política tem que ser filtrada pela mídia - que faz parte de um sistema crescentemente dirigido pelas suas próprias necessidades institucionais com fins de sobrevivência e lucratividade - os valores que basearam sua organização tradicional e propostas estão claramente precisando de drástica revisão. Ainda assim, novos valores centrais não necessariamente promoveriam desenvolvimento uma vez que expõem a óbvia falta de legitimidade da mídia e sua contradição postural: neutra e objetiva, mas comprometida com o *status quo*! (...) Governos e atores políticos precisam se comunicar, os *mass media* são meios de comunicação – massivos ou não – mas suas necessidades institucionais são muito diferentes" (Negrine, 1996, p. 179).

Ainda usando Negrine, é importante notar que aqueles que estão no poder e a mídia evocam o direito de falar em prol do público quando ambos estão de fato interessados em suas próprias necessidades. "Ambos são parte do problema de falta de credibilidade nos sistemas democráticos, de uma cidadania desiludida, e de uma porção de outros males de que os críticos podem listar. Acontece que ambos são parte da solução. Mas também o é o público a quem eles dizem agir em favor (...), argumenta ele (1996, p. 180). O problema seria que, nas sociedades midiáticas, o público é tratado como audiência e não como um real participante do processo democrático²⁰. É por isso que, como destacado por Negrine, deveríamos repensar a natureza da comunicação política na contemporaneidade, uma vez que a esfera pública, a qual acontece agora através e graças à mídia, simplesmente não inclui a audiência como real participante. Então o diálogo que supostamente deveria acontecer nela termina sendo distorcido e, por consequência, também o consenso dele resultante.

²⁰ Aqui precisamos considerar que os conceitos de representação devem ser vistos com certo relativismo. Pode ser mais importante ver que a representação mudou de *modus operandi*. Isso significa que a crise da democracia representativa e a evolução da sociedade – sócio, econômica e tecnologicamente – podem ter mudado o senso de representação em termos de interação social, que pode ser mais facilmente exercida atualmente, via mídia. Possivelmente, os *mass media* estão oferecendo velhos mecanismos, até mesmo

Brian McNair (1995, p. 21;22) aponta algumas funções que os *mass media* devem ter nas sociedades democráticas: informar; educar, promover uma plataforma para o discurso político, facilitando a formação da opinião pública e servindo como espaço para a expressão do dissenso; dar publicidade a instituições políticas e governamentais, atuando como “cão de guarda”; servir como um canal para a defesa de pontos de vista políticos. McNair acrescenta ainda que as pessoas devem poder participar nos processos de decisão. O problema é agora saber se, de acordo com suas peculiaridades institucionais, eles estão aptos a cumprir esses papéis.

Michael Schudson (1995, p. 211) defende que a imprensa deveria ser usada para educar as pessoas, para ajudá-las a ter um “adequado” entendimento da realidade e a participar. Ele também defende que ela deveria repensar seu papel com relação a alguns problemas listados neste trabalho, como a fragilidade partidária, examinando onde e quando uma atitude anti-partidária foi adotada. Entretanto, devemos reconhecer que os *mass media* continuarão com suas próprias regras, que não cooperam para as necessidades aqui apontadas. Sendo assim, pode ser mais importante pensar sobre o campo político. O que é possível mudar nele? Sem dúvida, no caso brasileiro, as instituições políticas têm que recuperar sua credibilidade e legitimidade. Somente isso abriria maior canal para proximidade da população. Os *mass media* não permaneceriam como únicos mediadores entre políticos, instituições e sociedade. Uma vez que sociedade e políticos possam ter relação mais estreita, a imprensa naturalmente ocupará posição mais razoável, e o equilíbrio entre a relação entre os três pode ser melhorado.

Como defendido por John Keane (1991, p. 164-196), considerando democracia como uma busca de procedimentos para chegar a decisões coletivas, isso então requereria: mais do que somente um parlamento, uma diferença entre estado e sociedade civil; serviço público e democratização juntos. “Democracia e mídia não devem ser vistos como algo para maximizar liberdade e evitar abuso de poder, mas como algo capaz de produzir cidadãos informados, cuja vontade poderá ser repetida nas decisões. Obviamente que isso também

relacionados à democracia direta, dando a sensação de proximidade tanto para o cidadão individualmente quanto para a sociedade, o que antes era restrito aos antigos regimes.

leva a muitos desacordos, uma vez que quebraria o padrão de visão da mídia, de informação pobre, e aumentaria a flexibilidade e reversibilidade”, explica Keane.

O resultado esperado seria cidadania efetiva: pessoas conscientes de seus direitos políticos, sabendo como utilizá-los e tendo instrumentos para isso, participando no processo de debate assim como da decisão e assim por diante. A cultura política aqui falada emergiria, assim, naturalmente, garantindo o cumprimento das regras normativas da democracia. A esfera pública, prejudicada pela ausência de participação pública, poderia finalmente desempenhar seu papel em uma arena onde todos são interessados, podem discutir e decidir juntos (mesmo se considerarmos que a decisão só pode ser executada administrativamente, como defendido por Habermas).

Multiplicando mecanismos de participação direta, ainda que usando a mídia como canal de comunicação, daria à imprensa um lugar de clara formação de opinião, mais do que manipulação, uma vez que os cidadãos poderiam ter suas próprias visões do que acontece, baseados em outras fontes que não só midiáticas. A criação de canais institucionais de participação, como a Comissão de Legislação Participativa²¹, é apontada como um bom começo. É possível que mudanças no campo político inclusive facilitem mudanças que esperamos da mídia, mas ainda queremos que ela mude primeiro. Talvez aí resida o engano.

²¹ É uma das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, criada para receber projetos apresentados pela sociedade civil organizada. Uma vez aprovados, os projetos tramitam como de autoria da comissão e têm tramitação igual aos demais. A comissão veio substituir, em 2002, o instrumento constitucional para autoria de projetos da sociedade civil, que demandava a existência de 1 milhão de assinaturas.

Bibliografia

ADORNO, Theodor W.. Televisão, Consciência e Indústria Cultural (Television, Conscience and Cultural Industry). In Gabriel Cohn (org.), Comunicação e Indústria Cultural, São Paulo, T.A Queiroz, 1987.

ALBUQUERQUE, Afonso. O Espetáculo da Crise: os media e o processo de impeachment contra Collor (The Spectacle of the Crisis: the media and the process of impeachment against Collor). In Comunicação e Cultura Contemporâneas/Compós, Editora Notrya, 1993.

AXFORD, Barrie. The transformation of Politics or Anti-Politics?. In Barrie Oxford and Richard Huggins (eds), New Media and Politics, Sage Publications, 2001.

BAUDRILARD, J. In the Shadow of the Silent Majorities... or the End of the Social. New York, Semiotext, 1983.

BOBBIO, Norberto. Estado Governo e Sociedade - Para uma teoria geral da política (The State, Government and Society). Paz e Terra, Brazil, 1995.

BITTENCOURT, José Neves. Espelho da “Nossa” História: Imaginário, Pintura Histórica e Reprodução do Século XIX Brasileiro. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, outubro/novembro de 1986.

BRAGA, Ubiracy de Souza. A mídia, a política e o Brasil (Media, politics and Brazil). Article on the Internet: <http://www.achegas.net/numero/seis/bira.htm>, 2002.

CADERNOS DE PESQUISA CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). O Desafio do Congresso Nacional: mudanças internas e fortalecimento institucional (The Challenge of the National Congress: internal changes and institutional improvement), N.º 03, Brazil, November 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. A democracia como elemento essencial do desenvolvimento e da integração. Speech given at the X Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado Y de Gobierno, in Panama, in 2000, available at http://www.cumbresiberoamericanas.com/cumbres_anteriores/panama_2000/desarrollo_economico_y_democracia/desarrollo_economico_061100_01.htm.

CASTAÑEDA, Jorge G.. Utopia Desarmada - Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino- americana (Disarmed Utopia – Intrigues, dilemmas and promises of Latin American left-ring). Companhia das Letras, Brazil, 1994.

COLEMAN, Stephen. The Transformation of Citizenship?. In Barrie Oxford and Richard Huggins (eds), New Media and Politics, Sage Publications, 2001.

COMAS, José. A Region Moving Towards Democracy - What it means to be poor but free. Word Press Review, 1991.

COOK, Timothy. 1989 - Making Laws & Making News: media strategies in the U.S. House of Representatives. Washington, The Brookings Institution.

2001 - The Future of the Institutional Media. In W. Lance Bennet and Robert M. Entman (eds.), Mediated Politics – Communication in the Future of Democracy, Press Syndicate of the University of Cambridge, 2001.

CROTEAU, David & HOYNES, William. Media/Society – Industries, Images and Audiences. Sage publications, London, 1997.

DAHLGREN, Peter. The Public Sphere and the Net: Structure, Space and Communication. In W. Lance Bennet and Robert M. Entman (eds.), Mediated Politics – Communication in the Future of Democracy, Press Syndicate of the University of Cambridge, 2001.

DIAMOND, Larry ; LINZ, Juan J. ; LIPSET ; Seymour Martin. Politics in Developing Countries. Lynne Rienner Publishers, UK.

FALLOWS, James. Breaking the news: how the media undermine American democracy. New York, Pantheon Books, 1996.

FRANKLIN, Bob. Packaging Politics. Edward Arnold, London, 1994.

GARNHAM, Nicholas. The Media and the Public Sphere. In Peter Golding, Graham Murdock and Philip Schlesinger (eds), Communicating Politics – mass communications and the political process, Holmes & Meier, New York, 1986.

GIANORDOLI, Tatiana. A política da emoção: o horário eleitoral gratuito como território de caça (Politics of emotion: the free electoral time as a hunting territory). Text available on the Internet: <http://www.ilea.ufrgs.br/ppgcom/tesesbr97-99/gianordoli-pucsp98.htm>, 1998.

HABERMAS, Jurgen. 1976 - O Conceito de Poder de Hannah Arendt (The Concept of Power of Hannah Arendt). Editora Universidade de Brasília, Brazil.

1984 – The Theory of Communicative Action. Boston, Beacon Press.

1989 – The Structural Transformation of the Public Sphere: na inquiry into a category of Bourgeois society. Cambridge, Mass. Cambridge, England, MIT Press; Polity Press.

1993 – Further Reflections on the Public Sphere. In Craig Calhoun, ed., Habermas and the Public Sphere, MIT Press, Massachusetts, USA.

HALL, Stuart e outros. A produção Social da Notícia: o mugging nos media (The social production of news: mugging in the media). In Nelson Traquina (org.), Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias, Ed. Vega, Portugal, 1993.

HALLIDAY, Tereza Lúcia. Retórica e Política: a Questão da Responsabilidade (Rethoric and Politics: the matter of responsibility). In Heloísa Matos (org), Mídia, Eleições e Democracia, Ed. Página Aberta, SP, 1994.

HIRST, Paul. A Democracia Representativa e seus Limites (Representative Democracy and its Limits). Editora Zahar, Rio de Janeiro, Brazil, 1992.

KNIPPERS BLACK (ed), Latin America, Its Problems and its Promise, Westview, 1998.

KARL, Terry Lynn. Dilemmas of Democratization in Latin America, in Democracy in Latin America: Patterns and cycles, Ai Camp (ed), Wilmington, 1996.

KEANE, John. The Media and Democracy. London, Verso, 1991.

LAMOUNIER, Bolívar. Brazil: Inequality Against Democracy. In Diamond, Larry ; Linz, Juan J. ; Lipset ; Seymour Martin. Politics in Developing Countries. Lynne Rienner Publishers, UK.

LASCH, Christopher. A Rebelião das Elites e a Traição da Democracia (The Rebellion of the Elites and the Betray of Democracy). Ediouro, Rio de Janeiro, Brazil, 1995.

LINZ, Juan & STEPAN, Alfred. Problems of democratic transition and consolidation – Southern Europe, South America and Post-Communist Europe. John Hopkins University Press, London, 1996.

MAINWARING, Scott; O'DONNELL, Guillermo; VALENZUELA J. Samuel (editors). Issues in Democratic Consolidation – The New South American Democracies in Perspective. University of Notre Dame Press, Indiana, USA.

MARTINO, Luis and BARROZO, Paula Hernandes. Meios de Comunicação no Brasil: Um Estudo Geral sobre a Produção (Media in Brazil: a General Study about Production).

Article in the Internet, 2003:

http://www.biondi.fcl.com.br/facasper/jornalismo/download/pesquisa_meios.rtf+Martino+Barrozo&hl=pt-BR&lr=lang_pt&ie=UTF-8.

McNAIR, Brian. 1995 – An Introduction to Political Communication. Routledge, London.

2000 - Journalism and Democracy – An evaluation of the political public sphere. Routledge, London.

MILLET, Richard L.. Is Latin America Democracy Sustainable?. North-South Issues, N.o. 3, 1993.

MOISÉS, José Álvaro. Os Brasileiros e a Democracia (Brazilians and Democracy).

Editora Ática, São Paulo, 1995.

MOOG, Sandra & SLUYTER-BELTRAO, Jeff. The Transformation of Political Communication. In Barrie Oxford and Richard Huggins (eds), New Media and Politics, Sage Publications, 2001.

NASSIF, Luís. Mídia, denunciismo e democracia (Media, denouncism and democracy). Article on the internet:
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp100720023.htm>, 2002.

NEWTON, Ken. The Transformation of Governance?. In Barrie Oxford and Richard Huggins (eds), New Media and Politics, Sage Publications, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. 1986 – Transitions from Authoritarian Rule. Edited with Philippe Schmitter, The John Hopkins University Press, London.

1988 – Transições, continuidades e alguns paradoxos (Transitions, continuity and some paradoxes). In Reis, F. W. & O'Donnell, G., A Democracia no Brasil; dilemas e perspectivas, São Paulo, Vértice.

1992 – Transitions, Continuities and Paradoxes. In Scott Mainwaring, Guillermo O'Donnell and J. Samuel Valenzuela (editors), Issues in Democratic Consolidation – The New South American Democracies in Perspective. University of Notre Dame Press, Indiana, USA.

2001 - Reflections on Contemporary South American Democracies. In Journal of Latin American Studies, Vol. 33, pp. 599-609.

REICH, Otto. US Interests in Latin America. Speech given at the Heritage Foundation, in October 31st., 2002, available at
<http://www.heritage.org/Research/LatinAmerica/WM173.cfm>

RODRIGUES, Malena Rehbein. Imprensa e Congresso ou Como a mídia pauta a política (Press and Congress or How the media set the political agenda). An official publication of the House of Representatives of Brazil, 2002.

RODRIGUES, Malena e SANTOS, Fabiana. Imprensa Brasileira no Império (Brazilian Press during the Empire). Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Comunicação,

departamento de Jornalismo, impresso pela Imprensa Nacional, Brasília, novembro de 1994.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. 1990 - Comunicação e Poder - Televisão e Eleições Presidenciais (Communication and Power – Television and Presidential Elections). In *Revista Comunicação e Política* No. 11.

1992 - Sociabilidade, Comunicação e Política Contemporâneas - Sugestões para uma Alternativa Teórica (Sociability, Communication and Contemporary Politics – Suggestions to a Theoretical Alternative). In revista *Textos de Cultura e Comunicação*, Departamento de Comunicação e Mestrado em Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), N.º27.

1993 - Dos Poderes dos Media - Comunicação, sociabilidade e política (From Media Power – Communication, Sociability and Politics). In Messeder Pereira, Carlos Alberto e Fausto, Antonio - *Compós*, livro 1, 1993.

SANTOS, Frederico dos & SILVA, José Roberto da. A importância do Horário Eleitoral Gratuito na Televisão (The importance of the Free Electoral Time on the Television). Text available on the Internet: <http://www.uvesp.com.br/boletim6.asp>, 2003.

SELIGSON, Mitchel A.. Political Culture and Democratization in Latin America. In Democracy in Latin America: Patterns and cycles, Ai Camp (ed), Wilmington, 1996.

SCHUDSON, Michael. The Power of News. Harvard University Press, London, 1995.

SILVA, Patrício. The new political order in Latin America: towards technocratic democracies? . In Latin America Transformed: Globalization and Modernity, R. N. Gwynne and K. Cristobal (eds), Oxford University Press, 1999.

SCHMITTER, Phillip. Transitology: The Science or The Art of Democratization?, in J. S. Tulchin (ed), The Consolidation of Democracy in Latin America, Lynne Rienner, London, 1995.

SKIDMORE, T. E. & SMITH, P. H.. Modern Latin America, Oxford University Press, 1992.

STROMER-GALLEY and HALL JAMIESON, Kathleen. The Transformation of Political Leadership?. In Barrie Oxford and Richard Huggins (eds), New Media and Politics, Sage Publications, 2001.

TULCHIN, J. S (ed). The Consolidation of Democracy in Latin America, Lynne Rienner, London, 1995.

WEFFORT, Francisco. Qual Democracia? (Which Democracy?). Companhia das Letras, Rio de Janeiro, Brazil, 1992.

WIARDA & KLINE. Latin America Politics and Development, Oxford, Westview, 2000.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Editorial Presença, Lisboa, Portugal, 1987.